

REVISTA PORTO

Programa de Pós-Graduação em História da UFRN

Volume 1 | Número 1 | Dezembro 2011

Zona de confluxo: a investigação da historicidade do espaço por meio do exame do afastamento da História em relação à Geografia.

Zone of Conflux: the investigation of the historicity of space by the examination of the distancing of History in relation to Geography.

Renato Amado Peixoto

Professor Adjunto do Departamento de História – UFRN.

Doutor em História – UFRJ.

Revista Porto 1 (1): 111-126 [2011]

Recebido em 29/08/2011. Aprovado em 30/09/2011.

Revista Porto

Resumo: Este artigo pretende discutir as condições de investigação da historicidade dos espaços a partir das compreensões de Reinhart Koselleck e Immanuel Wallerstein sobre os sentidos do afastamento da História em relação à Geografia no fim do século XIX. Por meio destas compreensões, entendemos ser possível colocar duas possibilidades de investigação, a 'História das concepções dos espaços' e a 'História dos espaços'; entender a persistência de interesses recíprocos entre a História e a Geografia; e considerar a possibilidade de alargamento do campo da história, na direção da análise crítica das políticas de espaço.

Palavras-chave: Teoria e filosofia da História, História dos espaços, Geopolítica.

Abstract: This paper discusses the research conditions of the historicity of the spaces from the understandings of Reinhart Koselleck and Immanuel Wallerstein on the directions of the split between history and geography in the late nineteenth century. Through these understandings, we think that is possible to put two possibilities of research, the 'History of the conceptions of spaces' and 'History of the spaces'; to understand the persistence of mutual interests between History and Geography; and to consider the possibilities of expanding the field of history, toward the critical analysis of the political space.

Keywords: Theory and Philosophy of History, History of the Spaces, Geopolitics.

O objetivo deste artigo é aclarar certas posições acerca da investigação da historicidade do espaço por meio de dois textos fundamentais para a compreensão do afastamento da História em relação à Geografia: ‘Espaço e História’ de Reinhart Koselleck¹ e ‘O Tempo do Espaço e o Espaço do Tempo’ de Immanuel Wallerstein.²

Neste intuito, percorrerei o raciocínio de cada autor, procurando acrescentar exemplos a partir de meu próprio trabalho de pesquisa, sempre que se fizer necessário. Vale notar que este exercício visa também defender uma maior aproximação entre historiadores e geógrafos, proposta que não faz parte do raciocínio de Koselleck ou Wallerstein, embora possa ser remetida à lógica da argumentação dos autores.

Saliento que este é um trabalho de *compreensão e interpretação* de textos de diferentes afiliações teóricas e metodológicas, condições estas que podem fazer diferir os resultados da análise, por conta mesmo da formação ou expectativa do examinador. Assim, assumo a responsabilidade pelos exageros e omissões e, notados estes, espero que novas leituras dos textos sejam feitas, inclusive, para que o debate seja desenvolvido.

¹ O texto de Koselleck deve ser compreendido como parte de suas últimas investigações, quando cuidava de pensar uma antropologia das experiências do tempo histórico. Nesse âmbito, ‘Espaço e História’ foi escrito para ser apresentado como conferência ao final do Congresso de História de Trevéris, Alemanha, em 1986, sendo que esta permaneceu inédita até a publicação do livro “Zeitschichten - Studien zur Historik”, lançado pela editora Suhrkamp Verlag no ano de 2000. Traduzido como ‘Espacio e historia’ foi publicado em espanhol no ano de 2001 pela editora Paidós. KOSELLECK. Reinhart. ‘Espacio e Historia’ In. Los estratos del tiempo. Barcelona: Paidós, 2001.

² O texto de Wallerstein foi escrito por conta da repercussão dos volumes I e II de sua obra principal, ‘O Sistema Mundial Moderno’ e da subsequente necessidade de aclarar certos problemas relativos à sua aplicação do conceito de ‘TempoEspaço’, sobretudo sua proximidade com as colocações de Fernand Braudel em ‘Civilização Material, Economia e Capitalismo’. Neste sentido, Wallerstein cuidou de desenvolver e divulgar seu conceito nas conferências pronunciadas entre os anos 1996 e 1998 em diversas instituições inglesas e estadunidenses. No caso, ‘Tempo do Espaço’ foi apresentada na *Tyneside Geographical Society* da universidade de Newcastle upon Tyne em 1996, cabe notar, sob o patrocínio da *Royal Geographical Society* e do *Institute of British Geographers*, e depois publicada na revista *Political Geography* em 1998. WALLERSTEIN, Immanuel. ‘The Time of Space and the Space of Time: The Future of Social Science’ In *Political Geography*, XVII, 1, 1998, pp. 71-82.

A contradição entre História e Geografia

Reinhart Koselleck em seu texto ‘Espaço e História’ apontou que a contradição entre as categorias científicas e históricas do espaço e tempo é moderna. À velha história, como ciência geral da experiência humana, pertencia tanto a cronologia quanto o saber acerca da natureza e a geografia em seu sentido estrito. Pelo menos até Kant e Herder, os historiadores declaravam normalmente que seu trabalho tinha a ver com o tempo e com o espaço, referindo-se a um tempo histórico e a um espaço histórico no horizonte da própria historicização.

Essa apreciação mudaria a partir da metade do século XIX, quando a Geografia começou a definir-se enquanto ciência e a instituir-se simultaneamente enquanto participante das ciências sociais e do espírito e das ciências da natureza, desencadeando o problema de só poder ser definida adequadamente como uma ciência interdisciplinar.

Os historiadores, compreendendo essa situação precária e, por conta de uma sobreavaliação da marca temporal nos efeitos da modernidade,³ passaram a considerar a geografia como uma mera disciplina auxiliar e, frente à alternativa formal entre espaço e tempo, optaram então por instruir a construção epistemológica da história por meio da reificação do tempo e da subordinação do espaço.

Além de optar pela preponderância teoricamente pouco fundamentada do tempo sobre o espaço, os historiadores cuidaram de fundar seu método baseando-se apenas na sucessão temporal e afastando a ideia mesma de se preceder à separação sistemática do tempo. Uma vez constituída a ideia da unicidade do tempo, esta permitiu a seus defensores discernir uma ‘filosofia da história’ onde se afirmaria que o exame da cronologia e das transformações no tempo era central para o descortinamento do mundo e a explicação dos seus habitantes.

³ Este raciocínio é encadeado por Koselleck a partir das seguintes premissas: Primeiro, fazia parte dos interesses dos historiadores a busca pelas novidades, pelas trocas, pelas modificações, “na medida em que se pergunta como se tem chegado à situação atual que se contrapõe à anterior”. Segundo, aqueles historiadores estariam sendo afetados pela vivência de uma nova dinâmica do tempo explicitada pela velocidade vertiginosa com que se desenrolavam os eventos e as transformações sociais e tecnológicas. Ver KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit., p. 97.

De modo a salientar essa arrogância da história, Koselleck lembra que os primeiros geógrafos, Humboldt, Ritter e Ratzel, já não apontavam o espaço e o tempo apenas enquanto registros de nossa percepção cujos sistemas de signos descansam no mundo exterior, mas salientavam que as intervenções dos indivíduos na história eram também capazes de produzir seus espaços e tempos próprios. Contudo, mesmo frente às contribuições que recolocavam uma compreensão comum aos dois campos, a maioria dos historiadores, desconcertantemente, trabalharia a partir da dedução de que uma sistemática que também se baseasse no espaço seria pouco importante ou menos frutífera que a sistemática centrada na sucessão do tempo.⁴

Assim, entendo que o raciocínio de Koselleck não apenas explicita a premissa de que o espaço e o tempo pertencem igualmente às condições de possibilidade da História, mas endossa também a ideia de que a dificuldade manifestada por alguns historiadores em pensar ou mesmo considerar o espaço em suas reflexões deveria ser entendida como resultante da permanência de um legado que necessariamente deve ser repensado.

No Brasil, o desenvolvimento das atividades do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) exemplifica de modo admirável as incertezas e possibilidades percorridas pelo concurso de racionalidades ainda indecisas ante a separação ou a convergência. A fundação do instituto decorreu exatamente da necessidade de se colocar os problemas acerca da constituição da identidade e do território frente às demandas do Estado e conforme as premissas das discussões desenvolvidas no Parlamento e no Conselho de Estado. Não havia Nação porque não havia território e não havia território porque este não estava ainda enunciado por uma narração do espaço, uma vez que esta tinha de ser fundamentada numa articulação temporal que devia ser reconhecida pelas elites que então formulavam o Estado.

No caso, quero salientar que esta impossibilidade fundamental, o *nó górdio* da Nação brasileira, foi resolvida pelos historiadores brasileiros ainda na metade do século XIX, por meio do recurso a uma sistemática predominantemente espacial na qual a

⁴ KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit., p. 96.

escritura de uma ‘História das Fronteiras’ antecedeu a produção da História da Nação em pelo menos dez anos.⁵

Esta sistemática sobreviveria no Brasil durante a segunda metade do século XIX por meio da ampla disponibilização dos conteúdos da Corografia e pela proliferação de suas obras, que cuidavam da descrição dos espaços por meio de uma articulação cronológica que inscrevia o espaço no território do Estado, e cujo exame, por conseguinte, não autoriza o discernimento de uma separação rigorosa entre a história e a geografia no Brasil até as primeiras décadas do século XX.⁶

A sobrevivência da Corografia, a influência de suas obras e autores e, sobretudo, a disseminação do seu conteúdo pela literatura e pelas ciências, serviria para ajudar a explicar a importância do espaço enquanto categoria que embasava as análises feitas no âmbito do pensamento social e político brasileiro do século XX. Esta observação nos permite mesmo justificar a necessidade de se constituir no Brasil um *cânone da historiografia dos espaços* mais dilatado, que junte esses trabalhos com as obras históricas, os tratados estadísticos e as corografias do XIX.

Seguindo com o argumento de Koselleck, a investigação da historicidade do espaço não implica apenas em recolocar o espaço como categoria numa reorganização

⁵ Refiro-me aqui à produção, sob a liderança de José Feliciano Fernandes Pinheiro, presidente do IHGB, da história do espaço nacional no âmbito do Instituto, levada a cabo entre 1839 e 1841, a partir dos insumos recebidos da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, do Parlamento e do Conselho de Estado. Ver PEIXOTO, Renato Amado. ‘Enformando a Nação’ In *Cartografias Imaginárias*. Natal: EDUFRN, 2011, pp. 11-48.

⁶ A Corografia enquanto gênero narrativo possui uma história que remonta pelo menos ao século XVI, sendo que alguns autores produziram obras sobre a Colônia que podem ser inseridas neste gênero. Contudo, a divulgação dessas obras no século XIX, com a consequente disseminação dos seus conteúdos, deve ser entendida enquanto fazendo parte dos esforços de produção da História das Fronteiras e da História da Nação no âmbito do IHGB, já que a Revista do Instituto foi responsável pela publicação dessas obras, algumas pela primeira vez. Noto também que boa parte das corografias sobre o Brasil ou foram coletadas por Francisco Adolfo de Varnhagen ou pelos sócios do IHGB, como parte do esforço apontado. As Corografias produzidas no Brasil durante o século XIX já estavam conectadas com a formulação de um território da Nação e, desde a década de 1850 foram produzidas a partir de um único modelo. A publicação dessas Corografias foi na maioria das vezes subvencionada pelo Estado ou pelas províncias, para fins pedagógicos. Seu esforço de escrita se tornou, mesmo, um capital simbólico nas sociedades locais e no plano nacional no final do século XIX. Estes pontos justificam não apenas a penetração dos seus conteúdos e a disseminação do saber corográfico no pensamento social e político brasileiro, mas também sua pertinência enquanto material cognitivo para os pensadores do século XX. Ver Capítulos VI e VII de PEIXOTO, Renato Amado. ‘A máscara da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX’, Tese de Doutorado. UFRJ, 2005.

do método histórico que visa o exame das modificações sociais, econômicas ou políticas, mas entende-se que neste método também deve se pressupor a importância meta-histórica do espaço para a História. Assim, neste sentido, torna-se necessário aclarar uma *dupla condição de investigação* e um *duplo uso da categoria do espaço*, de modo a que se possam eliminar numerosas ambiguidades e confusões na abordagem histórica do espaço.

A primeira condição de investigação do espaço: a ‘história das concepções dos espaços’

Em relação à dupla condição de investigação da historicidade do espaço, devemos considerar, em primeiro lugar, uma *história das concepções dos espaços*, entendendo o espaço como algo autônomo (ou próprio, se entendermos a possibilidade de incluir aqui a ideia esposada pelos primeiros geógrafos). Sua lógica de investigação pressupõe a compreensão de uma *história das representações de cada espaço* que, nos diz Koselleck, por conta de suas especificidades poderia mesmo ser “posta pelos historiadores, em conta dos filósofos ou dos cientistas naturais”, ou, acrescentaria eu, remetida pelos historiadores às suas condições próprias de investigação, determinadas pela materialidade dos objetos ou pelas racionalidades que envolveram sua produção.

Para verificarmos essas condições próprias de investigação, podemos recorrer a dois exemplos: o da Carta Corográfica do Império do Brasil, para explicar o problema da materialidade dos objetos; e o da personagem Conan, para explicar o problema das racionalidades de produção do espaço.

Como exemplo da premissa que infere o problema da materialidade dos objetos, podemos perscrutar o problema da representação nos mapas examinando o processo de composição da Carta Corográfica do Império do Brasil, também conhecida como ‘Carta Niemeyer’, o primeiro mapa do Estado brasileiro. Sabemos que este mapa foi confeccionado em três passos: No primeiro, a partir da ‘Carta da América Meridional’ da casa editorial Arrowsmith, desenhou-se um ‘mapa base’. No segundo passo, esse

‘mapa base’ foi modificado pelo acréscimo de topônimos e acidentes naturais recolhidos dos trabalhos geográficos debatidos nas reuniões do IHGB. No terceiro passo, as fronteiras e os limites internos foram inscritos no ‘mapa modificado’ a partir da remissão aos trabalhos publicados na revista do Instituto. Finalmente, num quarto passo, procurou-se imprimir o mapa resultante na maior folha possível.

Podemos entender que o autor da Carta Corográfica procurou, em todos os passos, orientar a representação do espaço nacional por meio das condições de materialização do mapa. Podemos falar de uma ‘operação’ e de um ‘processo de produção’ na medida em que, no primeiro passo, Niemeyer se baseou numa carta estrangeira reconhecida por seus padrões científicos, buscando reconhecimento internacional; no segundo e terceiros passos, baseando os elementos internos da Carta nas discussões das elites letradas e políticas, procurava o aval dessas elites; no quarto passo, buscando imprimir a Carta na maior dimensão física que a capacidade técnica permitia, Niemeyer pretendia que sua Carta pudesse ser facilmente visualizada nas paredes e nos murais das repartições governamentais e estabelecimentos de ensino, procurando assim alçar a Carta à posição mesma de avatar do Estado.⁷ Por conseguinte, pode-se propor uma história das concepções do espaço por meio do exame das condições materiais que possibilitaram a Carta Corográfica do Império do Brasil.

Como exemplo da premissa que infere o problema das racionalidades da produção, examinemos agora a personagem Conan, que foi inventada por Robert Howard, um escritor estadunidense que viveu no interior do Texas nas primeiras décadas do século XX. A partir do exame das condições de escrita de Howard, poderemos explicar porque essa personagem pode ser considerada como a concepção de uma espacialidade e identidade própria, uma representação arquitetada por seu autor.

Robert Howard viveu na cidade de Cross Plains, numa sociedade extremamente religiosa e conservadora, onde foi discriminado por suas ideias liberais e por sua ascendência irlandesa. Por conseguinte, a personagem Conan incorporou em sua

⁷ Ver PEIXOTO, Renato Amado. ‘O espelho do Jacobina: uma discussão dos problemas de compreensão do espaço por meio do estudo cartográfico.’ In Cartografias Imaginárias. Natal: EDUFRN, 2011, pp. 85-110.

fabricação as condições que o escritor teve de vivenciar, sendo produzida nesse processo a figura do bárbaro solitário e contestador da civilização, que vive por seus próprios códigos, os quais revelam um sentido de humanidade mais agudo que o de qualquer civilizado – *Alter ego* de Howard, a personagem Conan explicita uma subalternidade vivida de fato.

Por outro lado, Conan foi composto no diálogo de Howard com H.P. Lovecraft, em que a ideia de barbárie se contrapunha à afinidade de Lovecraft com o Fascismo.⁸ Howard fabricou a personagem Conan em pleno contexto da Depressão, em meio às crescentes dificuldades financeiras e emocionais que o impeliram ao suicídio. Refletindo esse tempo de extremos ideológicos e de embates sociais contínuos, os enredos dos contos de Conan não são apenas violentos e sensuais, mas também iconoclastas e heréticos. Civilizações e governos, deuses reais e imaginários, civilizações e indivíduos são atropelados pelo impulso de liberdade e gozo que move Conan, numa história que se alterca com o tempo, por conta de uma narrativa propositalmente descontínua. Uma narrativa que, de tão revolucionária, foi capaz de inspirar, cinquenta anos depois, tanto os que se moviam contra a Guerra do Vietnã quanto àqueles que produziram os primeiros *Role-playing Games* (RPGs).

Por conseguinte, a personagem Conan nos possibilita inquirir não apenas o contexto estadunidense da década de 1930, mas o entrecruzar de vários outros contextos e temporalidades que atravessam o local, o regional e o mundial, para trabalhar uma história da concepção desses espaços e tempos.

⁸ Em relação à fabricação de Conan, devo fazer notar que essa personagem foi inventada apenas depois que Robert Howard começou a se corresponder com H.P. Lovecraft, e o exame da correspondência entre os dois autores me permite colocar que tanto Howard quanto Lovecraft trocaram ideias e recursos estilísticos. Por conseguinte, não é uma coincidência que, por exemplo, nos contos de Conan seja mencionada a mitologia de Ctulhu, parte central das narrativas de Lovecraft. Ver PEIXOTO, Renato Amado. 'Conan - Não morrer morrendo: um exame da produção de identidades e de espacialidades por meio da aproximação da história com a literatura'. In: Bellini, Ligia et al. (Org.). Tecendo Histórias. Espaço, política e identidade. Salvador: EDUFBA, 2009, v. I, pp. 293-304; PEIXOTO, Renato Amado. 'Robert E. Howard: o suicídio pela sociedade'. In: Antônio Torres Montenegro et al. (Org.). História: cultura e sentimento - Outras histórias do Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008, v. I, pp. 419-428.

A segunda condição de investigação do espaço: a ‘História dos Espaços’

Se Koselleck ao tratar da dupla condição de investigação do espaço apresenta num primeiro momento as premissas que permitem constituir uma *história das concepções dos espaços*; num segundo momento passa a instruir as possibilidades que nos possibilitam problematizar uma *história dos espaços*, que investigaria as articulações de narrativas de ação e da transformação dos espaços das unidades territoriais que se formaram com a ascensão, na primeira modernidade (aquela que se estende até a Revolução Francesa), das unidades estatais. Assim, uma *história dos espaços* teria como tarefa examinar as produções que relatam e cuidam da expansão do Estado e de seus meios e perscrutar o processo de inscrição de suas espacialidades e territorialidades.

A lógica dessa investigação pressupõe que o historiador dos espaços pense as articulações em torno dos projetos de Estado e a produção dos trabalhos estadísticos (aqueles que se referem ao governo, à governabilidade ou à governança) que trataram de reconstruir então “as chamadas realidades do passado sem tratar de reconstruir as antigas concepções de espaço”. Para Koselleck, estas reconstruções históricas dos espaços na primeira modernidade instruiriam um *duplo uso da categoria espaço*, por conta de instigarem uma “tensão produtiva entre geólogos e morfólogos, por um lado, e [...] planejadores do espaço, por outro”,⁹ constituindo-se, assim, um problema que voltaremos a discutir mais adiante com o auxílio do texto de Immanuel Wallerstein.

Antes de abordar o problema do duplo uso da categoria espaço, é necessário fazer notar que a reconstrução histórica do espaço pelo Estado constitui um dos paradoxos com que a história dos espaços tem de lidar.

Este paradoxo pode ser exemplificado pela cartografia histórica, que constrói as imagens do passado desde a primeira modernidade “sem inserir seus dados nas representações antigas de espaço, mas desenhando-os sobre mapas produzidos com os

⁹ KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit., pp. 97-98.

atuais procedimentos de medida e anotando cientificamente as modificações geológicas ou climáticas que o mundo antigo não conhecia”.¹⁰ Assim, podemos entender que o historiador dos espaços tem que considerar a utilização de contramedidas investigativas de modo a poder ultrapassar os saberes e a escrita constituídos no esforço da reconstrução histórica do espaço de cada unidade territorial.

Trabalhando a partir do exemplo anterior, no caso do Brasil, na Secretaria dos Negócios Estrangeiros, e em instituições ligadas ao esforço de produção historiográfico como o IHGB, a cartografia histórica foi utilizada como ferramenta para legitimar os pressupostos da inscrição de uma narrativa espacial que se colava aos interesses do Estado. Esta narrativa possibilitou a enunciação da antiguidade da presença da elite no espaço nacional, pela inscrição de seus símbolos no território, como, por exemplo, a linha de Tordesilhas, representação, em última análise, da *subalternização continuada* da maioria dos brasileiros.

Para desconstruir esse paradoxo, torna-se necessário mesmo investir sobre um saber, a cartografia histórica, erigida em meio às instâncias do Estado, para formular, como contramedida, um *estudo cartográfico* que visaria discernir a operação de inscrição do espaço sobre o território e cuidar da “contextualização das técnicas e dos esforços em relação às estratégias do Estado e às táticas dos seus produtores”.¹¹ Em suma, operar uma cartografia da história dos espaços para possibilitar a desconstrução da cartografia histórica – a cartografia da reconstrução histórica do espaço pelo Estado.

Continuando a desenvolver o raciocínio de Koselleck no que diz respeito a aclarar as condições de investigação da história dos espaços, entendo ser necessário ainda distinguir as especificidades da segunda modernidade (aquela que se inicia com a Revolução Francesa), pois elas introduzem outro paradoxo com que a história dos espaços terá de lidar.

É a partir da segunda modernidade que se procura reconstruir o passado a partir de narrações que instruem as origens do Estado-nação e se nomeiam identidades por

¹⁰ KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit., p. 98.

¹¹ PEIXOTO, Renato Amado. ‘Enformando a Nação’ In *Cartografias Imaginárias*. Natal: EDUFRRN, 2011, pp. 16-21.

meios de constructos elaborados nas tarefas de produção da nacionalidade. Estas preocupações foram explicitadas em uma nova espécie de trabalhos estadísticos capazes de tornar possível, inclusive, uma lógica de deslizamento da Nação para escalas e racionalizações identitárias menores (regional, estadual, etc.).

Segundo Immanuel Wallerstein, em ‘O Tempo do Espaço e o Espaço do Tempo’, esta lógica se constituiria, por meio da Academia e pelo incentivo do Estado, quando se instituem os diferentes papéis que geógrafos e historiadores passariam a assumir no século XIX. A diferença entre os conteúdos da geografia e da história seria explicada pelas especificidades de projeção, divulgação e inscrição do Estado-Nação sobre seu território e sobre o globo.

Assim, na relação entre a Academia e o Estado se estabeleceriam três clivagens básicas que separaram os domínios de conhecimento nas ciências da sociedade [social sciences]: uma clivagem temporal (passado/presente) e duas clivagens espaciais, a primeira separando o espaço euro-estadunidense do resto do mundo (civilizado/outro) e a segunda distinguindo os espaços hipotéticos que permeavam a Nação (mercado/estado/sociedade). Estas clivagens refletiam o contexto cultural da época, claramente dominado pelo liberalismo, em que a relação entre o Estado e a Academia foi formulada, fazendo emergir, respectivamente, seis disciplinas distribuídas por três campos de interesse: a História; a Antropologia e os Estudos Orientais; a Economia, as Ciências Políticas e a Sociologia.

Wallerstein faz notar que nesse período a Geografia quase que desapareceu enquanto um campo de estudo separado por não se encaixar inteiramente em nenhuma das três clivagens das ciências da sociedade [social sciences], mas que, ao mesmo tempo, insistia em concorrer com as seis disciplinas principais em seus campos de interesse.

Nesse sentido, é interessante salientar que a Geografia conseguiu sobreviver por conta de ter recebido um forte suporte de instituições não ligadas à Academia, mas que estavam incluídas diretamente nos esforços do Estado, como, por exemplo, na Inglaterra, a Royal Geographical Society. Além disso, a importância da Geografia

decorria do fato de ser ensinada nas escolas primárias, se prestando ao esforço de inculcar nos cidadãos a integridade do território e a utilidade de todas as suas partes para a Nação. Como a História, a Geografia servia diretamente aos interesses do Estado-Nação, mas, frisa Wallerstein, com a Geografia podia-se melhor trabalhar certas demandas particulares do Estado.¹²

No caso do Brasil, onde não havia ainda uma separação rigorosa entre a história e a geografia, a lógica de deslizamento da Nação em escalas e racionalizações identitárias menores tornar-se-ia factível desde o último quartel do século XIX, com a decadência do acordo entre as elites. A regionalidade nortista, por exemplo, podia ser enunciada a partir de um espaço já disponibilizado no saber geográfico desde, pelo menos, a década de 1850, já que seus temas podiam ser enfronhados junto à trama nacional.¹³ No mesmo sentido, com a República, por conta do novo acordo das elites em torno da arrumação e composição do Estado, fez-se possível constituir e disponibilizar pedagogicamente uma identidade estadual, como, por exemplo, a norte-rio-grandense, onde se considerava não apenas o acordo nacional, mas também o acordo entre as diferentes elites do Rio Grande do Norte.¹⁴ Depois, de acordo com as tramas estadual ou nacional, foi possível às elites locais ou estaduais produzir por meio de uma terminologia melodramática, novas identidades e espacialidades, concentradas em interesses menores ou mais amplos, como, neste último caso, poder-se-ia entender a invenção da região Nordeste.

¹² WALLERSTEIN, Immanuel. Op. Cit., pp. 76-79.

¹³ Por meio do exame das discussões em torno da Comissão Científica de Exploração do IHGB, podemos perceber que a terminologia melodramática que ainda hoje é empregada na narrativa da seca não era de domínio das elites nacionais, sendo então seu manejo mais restrito às elites do Ceará. Somente com as discussões que se dão ao encerramento da Comissão é que um saber acerca da seca vai ser reconhecido e partilhado por todas as elites, dando-se início à disseminação do seu emprego. Ver PEIXOTO, Renato Amado. 'Os dromedários e as borboletas'. In *Cartografias Imaginárias*. Natal: EDUFRN, 2011, pp. 129-140.

¹⁴ No caso do Rio Grande do Norte, a espacialidade e identidade estadual foram construídas em meio às tensões entre três diferentes espaços, o natalense, o seridoense e o mossoroense a partir da República. PEIXOTO, Renato Amado. 'Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX'. In *Revista de História Regional*, v. 15, 2010, pp. 169-193.

O duplo uso da categoria espaço: o espaço como condição meta-histórica

Voltando ao raciocínio de Koselleck, agora trabalharemos o problema do *duplo uso da categoria espaço* que foi introduzido pelos tratados estadísticos da primeira modernidade. Em relação a este problema, a história dos espaços deve arremeter contra a diferença instituída entre os espaços históricos da organização humana e as condições espaciais meta-históricas, que inferem as possibilidades da história que não estão ao alcance do homem, “mas que, ao mesmo tempo, como condições de nossa ação, se convertem em desafios para a atividade humana”, que transforma sucessivamente as condições meta-históricas em espaços históricos.¹⁵ Por conseguinte, como a investigação dos espaços históricos da organização humana está sempre correlacionada com a investigação das condições meta-históricas, e como estas estão sempre em capacidade de transição, podemos entender que “a conversão das condições meta-históricas em espaços humanos” é própria das perspectivas do historiador dos espaços.¹⁶

Neste ponto, os historiadores esbarram na dificuldade conceitual e ética de pensar que o exame dessas relações foi instruído na segunda modernidade em torno de um saber que pretendeu para si o estatuto de ciência, a Geopolítica, constituída a partir das tensões e demandas do Imperialismo, e que serviu para sufragar suas pretensões expansionistas e, depois, para justificar as demandas das ideologias totalitárias no século XX.

No caso do Brasil, o saber geopolítico teve grande aceitação e disseminação no século XX, por conta da sobrevivência do espaço enquanto categoria de possibilidade das análises feitas no âmbito do pensamento social e político, e do forte legado da produção estadística Imperial que, conectada com o espaço e o território, foi sublimada na Primeira República por meio da atuação de Rio Branco, ministro das Relações Exteriores e presidente do IHGB.

¹⁵ KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit., p. 99.

¹⁶ KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit., p. 102.

A geopolítica tornar-se-ia, em meados do século, a razão de existência de uma instituição, a Escola Superior de Guerra (ESG), constituída para gerenciar a atividade de planejamento do Estado e de coordenação dos esforços militares, políticos e diplomáticos. Depois, durante os anos do Regime Militar, a geopolítica norteou o planejamento e a territorialização do regime, bem como lastreou seus esforços internacionais.¹⁷

Koselleck aponta que o erro da geopolítica consiste em se fazer uma ciência prática para a análise das ações sobre o espaço histórico, que pretende compreender as condições meta-históricas para daí retirar as leis naturais ou ontológicas capazes de guiar a história. No entanto, as questões e premissas formuladas erroneamente pela geopolítica assinalam condições de análise da história dos espaços que já estavam colocadas dentro das condições de possibilidade da história antes mesmo da constituição desse saber,¹⁸ portanto, como parte da tarefa de pensar as transformações do espaço humano que faz parte também das atribuições do historiador dos espaços.

A zona de confluxo

Seguindo o raciocínio de Koselleck, depois de eliminadas as ambiguidades e confusões na abordagem histórica do espaço e esclarecidas as possibilidades de se trabalhar tanto a partir de uma *história das concepções dos espaços* quanto de uma *história dos espaços*, caberia também estabelecer e explorar as condições que remeteriam a uma reflexão sobre a complexidade da interação entre espaço e tempo., Nesse entendimento, Koselleck insinua que “a bela expressão ‘espaço de tempo’, não

¹⁷ Fundada a partir do apoio do Estado Maior das Forças Armadas, a ESG foi formulada a partir das demandas colocadas pelo pensamento social e político brasileiro, através dos modelos de organização estadunidense e francês. Constituída no período da Guerra Fria, dedicou-se a pensar a inserção do Brasil no hemisfério ocidental e a coordenar os esforços diplomático, militar e civil em torno de objetivos articulados na relação da política interna com a externa. Ver PEIXOTO, Renato Amado. ‘A máscara da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX’, Tese de Doutorado. UFRJ, 2005. Em respeito ao pensamento diplomático, ver também PEIXOTO, Renato Amado. ‘Depois aconteça o que acontecer: Por uma rediscussão do Caso Panther e da política externa de Rio Branco’. In. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 54, n. 1, 2011, pp. 44-66.

¹⁸ KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit., p. 104.

seria só uma metáfora da cronologia e da classificação por épocas, mas ofereceria a possibilidade de investigar a remissão recíproca do espaço e do tempo em suas concretas articulações históricas”.¹⁹

A partir dessa insinuação há que se considerar que, se o espaço mesmo tem uma história o tempo também não possuiria uma geografia? Se o espaço é uma condição meta-histórica, o tempo não seria também uma condição meta-geográfica?

Na verdade, poderíamos dizer que o entrecorte meta-histórico e meta-geográfico não pressupõe uma verdadeira interdisciplinaridade, mas antes uma *zona de confluxo*, uma área de hachura, onde o sentido mesmo do que poderia ser descrito como história ou geografia quase se esvanece. No caso dos historiadores, a incompreensão desta hachura produz uma tensão que se traduz pelo afastamento do que ainda hoje se constitui como o campo, dito autônomo, da Geografia, em direção às aproximações e reflexões em torno de domínios distantes das premissas originais da História.

De modo a pensar a história dos espaços a partir da imersão naquilo que chamo de zona de confluxo, volto ao texto de Wallerstein no ponto em que este explicita seu conceito de ‘TempoEspaço’ [TimeSpace].

Immanuel Wallerstein discerne o TempoEspaço enquanto uma categoria analítica que se apoia mesmo sobre os pressupostos hoje divididos entre a História e a Geografia. Raciocinando por meio da tese de Wilhelm Windelband de que no final do século XIX as ciências sociais teriam sido colhidas em uma controvérsia a respeito dos métodos a serem utilizados [Methodenstreit],²⁰ Wallerstein entende que a maioria dos historiadores e dos geógrafos buscaram campos opostos. Enquanto os historiadores preferiram o *idiografismo* [idiographisch], formando dentre aqueles que entendiam seus objetos hermeneuticamente e empaticamente, focando seus particularismos; os geógrafos escolheram o *nomotetismo* [nomothetisch], buscando leis que pudessem traduzir a compreensão de uma análise universal.

¹⁹ KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit., p. 105.

²⁰ Em referência à tese de Windelband ver WINDELBAND, Wilhelm. History of Philosophy. London: The MacMillan Company, 1914, 2nd edition.

Assim, a fratura entre História e Geografia não deveria ser explicada apenas como uma opção dos historiadores pelo tempo em detrimento do espaço, mas também enquanto uma escolha por determinada forma de compreensão do tempo e do espaço.

Segundo Wallerstein, a fratura entre a História e a Geografia naquilo que eram então as ciências sociais, foi comparável à clivagem das ‘Duas Culturas’ [Two Cultures], as artes ou humanidades, de um lado, e as ciências, de outro, enxergada por Charles Percy Snow.²¹ Porém, durante o Methodenstreit, os historiadores e geógrafos não gozaram de uma verdadeira autonomia de escolha, mas teriam sido levados às suas escolhas pela influência de correntes intelectuais que se originaram em campos mais fortes. Diante disto, caberia agora recolher as diferentes compreensões temporais e espaciais separadas desde a controvérsia fazendo-as convergir para a formulação de um novo conceito, o TempoEspaço, que passaria doravante a embasar não apenas a História ou a Geografia, mas todas as ciências da sociedade [social sciences].²²

A digressão de Wallerstein nos permite melhor explicitar um sentido para o reexame do afastamento da História em relação à Geografia na investigação da historicidade do espaço. Entendo que este reexame nos possibilitaria não apenas aclarar certas ambiguidades, incompreensões ou mal-estares em relação ao espaço, mas também posicionar concretamente um alargamento das condições de possibilidade da História.

Nesse sentido, fazendo um paralelo com a compreensão de Koselleck, a expressão ‘geografia do poder’ não seria apenas uma metáfora, mas ofereceria a possibilidade de investigar as relações recíprocas e contínuas entre espaço, história e poder, para constituir uma *análise crítica das políticas de espaço*, que rearticulária o saber geopolítico por meio de uma investigação baseada no estudo das articulações históricas do espaço, concomitantemente, através da *história das concepções dos espaços* e da *história dos espaços*.

²¹ Uma versão desta obra de C. P. Snow foi publicada em português no ano de 1995 pela EDUSP, sob o título “As Duas Culturas e um segundo olhar: uma versão ampliada das Duas Culturas e a Revolução Científica”.

²² WALLERSTEIN, Immanuel. Op. Cit, pp. 75-76.